

O **Direito** na Transição do **Clássico** para o **Contemporâneo**

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos
(Organizadores)



Atena
Editora

Ano 2021

O **Direito** na Transição do **Clássico** para o **Contemporâneo**

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos
(Organizadores)



Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

O direito na transição do clássico para o contemporâneo

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D598 O direito na transição do clássico para o contemporâneo / Organizadores Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos, Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-770-3

DOI 10.22533/at.ed.703211202

1. Direito. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de (Organizador). II. Vasconcelos, Thamires Nayara Sousa de (Organizadora). III. Título.

CDD 340

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Em **O DIREITO NA TRANSIÇÃO DO CLÁSSICO PARA O CONTEMPORÂNEO**, coletânea de vinte e três capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade.

Temos, nesse volume, cinco grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam o direito no contexto externo; o direito no contexto nacional; direito penal, criminologia e desafios contemporâneos; o direito e a medicina: diálogos; e filosofia do direito e educação.

O direito no contexto externo traz análises sobre particularidades vivenciadas no Chile e nos Estados Unidos da América.

Em o direito no contexto nacional são verificadas contribuições que versam sobre o *contempt of court*, licitação, imposto sobre valor agregado, ocupação irregular, idoso e superendividamento, meio ambiente e inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal.

Direito penal, criminologia e desafios contemporâneos aborda questões como delação premiada, crime de lavagem de capitais, uso progressivo da força, marginalização de grupos vulneráveis, sistema prisional brasileiro, transposição da sanção penal para as famílias dos detentos e violência contra a mulher.

No quarto momento, o direito e a medicina: diálogo, temos estudos sobre a eutanásia, dignidade da pessoa humana, religião, saúde e medicina legal.

Por fim, em filosofia do direito e educação, há abordagens que tratam de temas como o princípio da separação dos poderes e educação popular.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

“LA EXPERIENCIA DE LOS TRIBUNALES DE CHILE BAJO LA LEY DE TRAMITACIÓN ELECTRÓNICA DE LOS PROCEDIMIENTOS CIVILES”

Gerardo Bernales Rojas

DOI 10.22533/at.ed.7032112021

CAPÍTULO 2..... 13

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA NOVAS MODALIDADES CRIMINOSAS: UMA ANÁLISE DO CYBERATQUE HAVIDO NA GEÓRGIA

Mateus Catalani Pirani

Maria Beatriz Espinoza Miranda

DOI 10.22533/at.ed.7032112022

CAPÍTULO 3..... 25

APLICABILIDADE E EFETIVIDADE DO ‘CONTEMPT OF COURT’ NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Janice Coelho Derze

Rogério Mollica

DOI 10.22533/at.ed.7032112023

CAPÍTULO 4..... 32

O INSTITUTO DO CREDENCIAMENTO COMO FORMA DE INEXIGIBILIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, SOB A LUZ DO DIREITO FUNDAMENTAL DA LEGALIDADE

Bruno Pastori Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.7032112024

CAPÍTULO 5..... 44

A INSTITUIÇÃO DO IMPOSTO SOBRE VALOR AGREGADO NO BRASIL: UMA PROPOSTA CONSTITUCIONAL?

Ana Luísa Sevegnani

Luiza Miranda Heinisch

DOI 10.22533/at.ed.7032112025

CAPÍTULO 6..... 61

EXPULSÃO, REMOÇÃO E FIXAÇÃO: OS TRÊS MOMENTOS DA VISÃO DA OCUPAÇÃO IRREGULAR PARA O PLANEJAMENTO URBANO BRASILEIRO E O EXEMPLO DO DISTRITO FEDERAL

Letícia Pacheco dos Passos Claro

Patrícia Pereira Alves da Silva

DOI 10.22533/at.ed.7032112026

CAPÍTULO 7..... 79

O IDOSO DIANTE DO PROBLEMA DO SUPERENDIVIDAMENTO: PROJETO DE LEI Nº 3515/2015 E AS AÇÕES DO BALCÃO DO CONSUMIDOR DE SANTA ROSA, RS

Maria Aparecida Kowalski

Fernanda Serrer

DOI 10.22533/at.ed.7032112027

CAPÍTULO 8..... 92

CRIME AMBIENTAL: DEVER DE RAPARAÇÃO DO DANO CAUSADO

Jaime Lisandro Martini

DOI 10.22533/at.ed.7032112028

CAPÍTULO 9..... 105

COMENTÁRIOS AO DECRETO Nº 10.468/2020

Viviane Lemes da Rosa

DOI 10.22533/at.ed.7032112029

CAPÍTULO 10..... 125

DELAÇÃO PREMIADA ANTE O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

Jéssica Mapeli dos Anjos

Renan Posella Mandarin

DOI 10.22533/at.ed.70321120210

CAPÍTULO 11 138

CRIME DE LAVAGEM DE CAPITAIS: UMA BREVE ABORDAGEM SOBRE TÉCNICAS E MECANISMOS DE PREVENÇÃO

Helene Mitsue Komori

William Akira Tanaka

DOI 10.22533/at.ed.70321120211

CAPÍTULO 12..... 150

O USO PROGRESSIVO DA FORÇA EM ABORDAGENS REALIZADAS POR PRAÇAS, CASTANHAL/PARÁ

Jess Elly Lima de Lima

Reinaldo Eduardo da Silva Sales

DOI 10.22533/at.ed.70321120212

CAPÍTULO 13..... 164

CRIMINOLOGIA CRÍTICA E A MARGINALIZAÇÃO DA CULTURA DE GRUPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS

Luis Felipe Dupim Viotto

DOI 10.22533/at.ed.70321120213

CAPÍTULO 14..... 177

SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E O EFEITO TANATOLÓGICO DE UMA MÁQUINA DE PRODUÇÃO DE MORTES

Cleber Freitas do Prado

DOI 10.22533/at.ed.70321120214

CAPÍTULO 15.....	188
PRISÃO EMOCIONAL: TRANSPOSIÇÃO DA SANÇÃO PENAL PARA FAMÍLIAS DE DETENTOS, QUANDO DA NEGLIGÊNCIA DO DIREITO À MANUTENÇÃO DO NÚCLEO FAMILIAR, NO CASO DE FAMÍLIAS INTERIORANAS E DE BAIXA RENDA	
Gabriel Ricardo de Albuquerque Melo Heloísa Gonçalves Medeiros de Oliveira Lima Heloísa Silva Alves	
DOI 10.22533/at.ed.70321120215	
CAPÍTULO 16.....	205
OS DESAFIOS DA INTERSETORIALIDADE DAS INSTITUIÇÕES NO ATENDIMENTO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA, JOÃO PESSOA-PB	
Karoliny Dedice Pereira Alves Emanuel Luiz Pereira da Silva Marinalva de Sousa Conserva Almira Almeida Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.70321120216	
CAPÍTULO 17.....	222
A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO AMBIENTE DE TRABALHO E O PAPEL DA GESTÃO: UM ESTUDO SOBRE TRABALHADORAS CARIOCAS	
Viviane Mello de Oliveira Spena Camila de Carvalho Ouro Guimarães Diana Rebello Neves	
DOI 10.22533/at.ed.70321120217	
CAPÍTULO 18.....	242
A EUTANÁSIA SOB O PRISMA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	
Wallace Jamelli Vidal Alencar Renna Franca Araújo de Lucena	
DOI 10.22533/at.ed.70321120218	
CAPÍTULO 19.....	247
O MÉDICO DIANTE DA OBJEÇÃO RELIGIOSA EM CASO DE RECUSA À TRANSFUÇÃO DE SANGUE EM PACIENTE ADULTO INCONSCIENTE OU INCAPAZ	
Marco Augusto Ghisi Machado Regiane Nistler	
DOI 10.22533/at.ed.70321120219	
CAPÍTULO 20.....	262
AS PRÁTICAS RELIGIOSAS E A INFLUÊNCIA DA ESPIRITUALIDADE NA REABILITAÇÃO DE DROGADITOS	
Saulo Duarte Lima Ribeiro Karla Muniz Barreto Oton	
DOI 10.22533/at.ed.70321120220	

CAPÍTULO 21	275
“DESCOBRIR” A VERDADE: A MEDICINA LEGAL NOS CRIMES SEXUAIS	
Marcelo Douglas Nascimento Ribas Filho	
Hélio Sochodolak	
DOI 10.22533/at.ed.70321120221	
CAPÍTULO 22	290
UMA LEITURA DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES DE MONTESQUIEU SOB A ÓTICA DO POSITIVISMO NORMATIVO DE HANS KELSEN	
Júlia Farah Scholz	
DOI 10.22533/at.ed.70321120222	
CAPÍTULO 23	306
INTERFACE ENTRE EDUCAÇÃO POPULAR, EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E EDUCAÇÃO DO CAMPO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EMERGENTES DOS MOVIMENTOS POPULARES	
Ana Célia Silva Menezes	
Orlandil de Lima Moreira	
Maria Margareth de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.70321120223	
SOBRE OS ORGANIZADORES	320
ÍNDICE REMISSIVO	321

INTERFACE ENTRE EDUCAÇÃO POPULAR, EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E EDUCAÇÃO DO CAMPO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EMERGENTES DOS MOVIMENTOS POPULARES

Data de aceite: 04/02/2021

Data de submissão: 05/11/2020

Ana Célia Silva Menezes

Universidade Federal da Paraíba
Departamento de Habilitações Pedagógicas
João Pessoa, PB.
<http://lattes.cnpq.br/7619965860174180>

Orlandil de Lima Moreira

Universidade Federal da Paraíba
Departamento de Metodologia da Educação
João Pessoa, PB.
<http://lattes.cnpq.br/3965769562932134>

Maria Margareth de Lima

Universidade Federal da Paraíba
Departamento de Metodologia da Educação.
João Pessoa, PB.
<http://lattes.cnpq.br/8633151095856770>

RESUMO: A relação entre Educação Popular e Educação do Campo é uma discussão recorrente nos Movimentos Sociais e em espaços acadêmicos. O presente artigo agrega à essa temática a Educação para a Convivência com o Semiárido e indaga: quais conexões teórico-conceituais entre os campos da Educação Popular, Educação do Campo e Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido, emergem da práxis dos movimentos sociais populares? A partir dessa questão buscamos problematizar a práxis dos movimentos sociais populares de modo a apontar desafios e perspectivas que se impõem no atual

contexto. Trata-se de um estudo bibliográfico, de cunho qualitativo, com aporte teórico nos estudos de Freire (1979;1987; 1991;1996;); Gonh (2005); Warren (1993;1996); Caldart (2004) e Martins (2004; 2011). Os resultados indicam alguns pontos de consenso e discensos: a Educação Popular como princípio político-pedagógico na configuração da Concepção e das Práticas pedagógicas da Educação do Campo e do Semiárido; O princípio da contextualização e da emancipação como elementos consensuais às três perspectivas; A Educação para a Convivência com o Semiárido preocupa-se com grupos populares do campo e da cidade, circunscritos nos limites dessa região; A proposta de Convivência é o eixo orientador fundamental à Educação do e no Semiárido. Concluímos, por fim, que as três perspectivas compreendem a Educação como um direito humano fundamental, conforme declaração universal dos Direitos Humanos. Trata-se, portanto, de movimentos articulados em rede para a garantia de direitos que apontam para um outro mundo possível, com justiça social, tendo como horizonte a emancipação e humanização da sociedade.

PALAVRAS - CHAVE: Educação para Convivência com o Semiárido. Educação do Campo e Educação Popular.

INTERFACE BETWEEN POPULAR EDUCATION, CONTEXTUALIZED EDUCATION FOR LIVING WITH THE SEMI-ARID AND FIELD EDUCATION: EMERGING PEDAGOGICAL PRACTICES IN POPULAR MOVEMENTS

ABSTRACT: The relationship between Popular Education and Rural Education is a recurring discussion in Social Movements and in academic spaces. This article adds to this theme Education for Living with the Semi-Arid and asks: what theoretical-conceptual connections between the fields of Popular Education, Rural Education and Contextualized Education for Living with the Semi-Arid, emerge from the praxis of popular social movements? Based on this question, we seek to problematize the praxis of popular social movements in order to point out challenges and perspectives that are imposed in the current context. It is a bibliographic study, of qualitative nature, with theoretical support in the studies of Freire (1979; 1987; 1991; 1996;); Gonh (2005); Warren (1993; 1996); Caldart (2004) and Martins (2004; 2011). The results indicate some points of consensus and discourse: Popular Education as a political-pedagogical principle in the configuration of the Conception and pedagogical Practices of Rural and Semi-Arid Education; The principle of contextualization and emancipation as elements consensual to the three perspectives; Education for Coexistence with the Semi-Arid is concerned with popular groups from the countryside and the city, circumscribed within the limits of this region; The Coexistence proposal is the fundamental guiding axis for Education in and in the Semi-arid Region. We conclude, finally, that the three perspectives understand Education as a fundamental human right, according to the universal declaration of Human Rights. It is, therefore, movements articulated in a network to guarantee rights that point to another possible world, with social justice, having as a horizon the emancipation and humanization of society.

KEYWORDS: Education for Coexistence with the Semi-Arid. Rural Education and Popular Education

INTRODUÇÃO

A educação é um fenômeno próprio dos seres humanos. Esta tese nos possibilita, portanto, pensá-la como um processo histórico, socialmente construído. Numa perspectiva freireana a concebemos como resultante da consciência coletiva forjada no processo de trabalho, a partir do qual homens e mulheres se hominificam e humanizam (GADOTTI, 2006; FREIRE, 1979) criando-se e recriando-se de forma contínua e criativa.

Ao conceber a Educação como processo, resultante da ação histórica e política dos grupos sociais, afiliamo-nos à acepção gramsciana da educação como instrumento necessário à luta entre as classes sociais pelo exercício do poder ou da hegemonia (GRAMSCI, 1982). Não existe educação neutra, desvinculada de interesses de classe. Na acepção gramsciana e freireana, a educação pode estar a serviço de uma ou outra classe, servindo aos interesses de uns ou outros.

Essa compreensão da educação como processo de produção da existência humana, nos instiga a pensá-la inserida num contexto cujas condições possibilitam uma formação comprometida com a vida e com condições materiais de existência das pessoas,

considerando sua posição de classe, seu pertencimento étnico-racial, de gênero e geração. Noutras palavras, uma Educação Popular e Contextualizada.

Contudo, esta é uma dentre muitas outras compreensões de Educação e por isso consideramos importante manter no debate contemporâneo a discussão da concepção de educação como práxis social e histórica, como processo de imersão e transformação social.

A educação como um processo amplo não se inscreve apenas no espaço da escola; ela se dá na família, no trabalho e em todas as relações humanas, em geral. Princípio inclusive reconhecido e referendado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9394/96, art. 1º. E, não cabendo “por inteiro” na escola, ela não se realiza sem a contribuição de outros espaços educativos, sem dialogar com outras formas de educar.

Frente aos elementos acima apresentados trazemos ao debate a interface entre Educação Popular, Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido e a Educação do Campo; indagando sobre suas conexões teórico-conceituais com o objetivo de problematizar a práxis dos movimentos sociais populares sobretudo no final dos anos de 1990 e 2000 de modo a salientar os desafios e perspectivas que se impõem no atual contexto político, social, econômico e cultural.

Trata-se de um estudo bibliográfico, de caráter qualitativo, com base em Freire (1979;1991;1996;2011); Gonh (2005); Warren (1993;1996); Caldart (2004) e Martins (2004; 2011). E está estruturado a partir de três tópicos: O papel histórico dos Movimentos Sociais Populares; categorias teórico-conceituais e práticas educativas em diálogo e considerações (in) conclusivas.

O PAPEL HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES NA GARANTIA DO DIREITO A EDUCAÇÃO

A história dos movimentos sociais populares no Brasil se entrelaça com a luta por direitos e por políticas sociais, com destaque para a educação, as quais são construídas e implementadas num processo de disputas e correlação de forças dentro do Estado capitalista, marcado fortemente por resquícios do colonialismo europeu.

A desigualdade estrutural da sociedade brasileira, expressa no âmbito econômico, político, social e cultural provocou desde o período imperial escravista à república (tutelada) insurgências populares sob múltiplas formas de organização: quilombos, cangaço, ligas camponesas, sindicatos urbanos e rurais e, a partir dos anos de 1980, movimentos ambientais, de bairro, de mulheres, de jovens, étnico racial, etc.

No Campo e na Cidade organizações populares têm pautado o direito à vida, à liberdade, à terra, ao emprego, à saúde, à educação e muito outros direitos historicamente negados à classe trabalhadora brasileira. Esse contexto de negação de direitos e de

fortalecimento da classe trabalhadora, sobretudo por meio de organizações populares e partidárias, fomentou processos educativos e práticas emancipatórias, particularmente no âmbito político-cultural.

O cenário político-cultural da década de 1920 e 1930 apresenta profundas contradições e disputas. Por um lado temos o movimento operário nascente que cresce em articulação com as forças de esquerda, particularmente com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB) fundado nos anos 20. Por outro lado, um governo que enfrenta o movimento operário com a polícia e associa essa atitude a uma política de regulamentação das relações de trabalho no país sob a lógica capitalista burguesa conservadora (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). No âmbito cultural temos a realização da Semana da Arte Moderna, expressão de uma vanguarda artística e cultural que expressa a preocupação com um projeto de nação (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 104).

Nesse caldo sociopolítico e cultural, de contradições e disputas se dá a introdução da política social no Brasil; com caráter corporativo e fragmentado. Tutelada e mediada por relações clientelistas e patrimonialistas entre Estado e sociedade. Outra marca preponderante para a reflexão que aqui nos propomos a construir é a presença, no campo social, das instituições filantrópicas que imprimem por um lado a marca do assistencialismo e por outro da seletividade e exclusão.

Esses elementos nos permitem associar a origem das políticas sociais ao modo de produção capitalista com o Estado assumindo uma posição conciliadora com a intenção de desmobilizar a organização e o protagonismo dos trabalhadores, imprimindo à política social um papel de assistência e minimização das “mazelas” sociais criadas pelo próprio capitalismo.

No que pese a força da intervenção estatal no esforço em frear a organização e luta da classe trabalhadora, no campo e na cidade os movimentos populares vão amadurecendo e concentrando-se na definição de uma agenda de reivindicações, o que imprimirá na sociedade brasileira, nas décadas de 1940 a 1960, uma disputa de projetos e a intensificação da luta de classes e da modernização capitalista.

No ano de 1964, a efervescente organização das classes populares é radicalmente reprimida e os movimentos populares são duramente perseguidos pelo governo militar, imposto através do golpe político de Estado. Contudo, de forma subterrânea e silenciosa, grupos populares continuam os processos de articulação e organização.

No final da década de 70, o regime militar começa a apresentar sinais de debilidade política. Em contraposição, emergem os sinais da organização popular. No campo, a realização do III Congresso dos Trabalhadores Rurais sob a direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (CONTAG) é um marco desse processo. Da mesma forma, na cidade, associações e movimentos comunitários ressurgem com vigor, com o apoio da ala progressista da Igreja Católica associada à Teologia da Libertação.

A conjuntura política brasileira dos anos de 1980 com o processo de redemocratização

e abertura política, torna possível o crescimento da mobilização e articulação dos movimentos sociais populares em defesa da garantia institucional de direitos políticos e sociais. Ao olharmos especialmente à Educação, vimos na década de 1980 uma expressiva organização que foi o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP). Essa articulação nacional atuou expressivamente no processo de construção de propostas populares para a Educação durante a elaboração da Constituição Federal de 1988 e da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (GONH, 2005).

Paradoxalmente, a mesma década marca um dos mais elevados graus de deterioração da escola pública brasileira, com crescente índice de analfabetismo, evasão e repetência escolar, somada a baixa qualificação dos seus professores, entre outros elementos. Não obstante, compreendemos que esta situação social manifesta na Educação resulta da política liberal em curso e da ausência de uma política educacional eficiente e eficaz frente às crescentes demandas educativas das classes populares.

Diante da situação de descaso e sucateamento da educação pública, exitosas experiências escolares e não escolares, emergem dos movimentos sociais populares, ganham visibilidade e se tornam referências que incidirão posteriormente na articulação de dois expressivos movimentos no campo da educação do final da década de 1990 e início dos anos 2000: A Educação do Campo e a Educação Para Convivência com o Semiárido Brasileiro.

Em meio à realidade paradoxal destacamos a década de 1980 como um tempo de instauração de uma nova racionalidade e prática no campo social popular: afirmação do direito à participação popular; a demarcação de espaços para a voz dos governados e a construção de uma ação política da sociedade civil, mesmo que ainda restrita a pequenos segmentos (GONH 2005), especialmente em decorrência da Constituição de 1988.

O cenário de redemocratização aponta para duas possibilidades: uma de reformas estruturais que consolidassem avanços populares, sobretudo no campo das liberdades democráticas, dos direitos sociais e trabalhistas, da reforma agrária, dentre outras; e outra possibilidade oposta orientada pela agenda neoliberal. As eleições de 1989 colocam na mesa esses dois projetos: o popular e o neoliberal. Vence o neoliberal.

O movimento social Popular, como uma “ação política coletiva na dinâmica do social” (SCHERER-WARREN, 1996, p. 14) faz sistematicamente resistência a esse Projeto neoliberal e reconstrói, segundo as novas demandas sociais e políticas, sua prática e enquanto práticas sociais em construção, apresentam-se efetivamente como movimento propriamente dito (SCHERER-WARREN, 1996, p. 22). Ao construir um caminho de contestação e transgressão à ordem instituída os movimentos sociais, através da sua práxis, instituem novas lógicas e racionalidades políticas e sociais (BATISTA, 2007), elemento fundamental para o avanço no campo dos direitos.

O aguçamento das desigualdades sociais decorrentes da estrutura política e econômica criada ao longo da formação brasileira deixou – e continua deixando – um saldo

de direitos negados e de cidadania regulada. Essa mesma situação fomenta e fortalece os movimentos sociais, especialmente os populares “entendidos como forças sociais e correntes de opiniões e proposições sobre e para o conjunto social, que, atuando nos mais diferentes âmbitos das problemáticas humanas, geram processos de transformação social” (SOUSA 2007, p. 124).

Nessa reconstrução ou reconfiguração, os movimentos sociais investem em articulações, intercâmbios e formação de redes temáticas e organizacionais, as quais emergem como destaque e foco de estudos sociológicos na realidade da América Latina e brasileira na década de 1990 (SCHERER-WARREN, 1996).

a ideia de rede implica pensar desde um ponto de vista epistemológico na possibilidade de integração da diversidade nas articulações das lutas sociais. As redes de movimentos se configuram como formas de articulação entre o local e o global, entre o uno e o diverso naquilo que se constitui como o comum das identidades dos atores, com o pluralismo (WARREN 1996, p.9)

Por sua constituição as Redes permitem maior comunicação, articulação e solidariedade entre atores diversos. No final dos anos 1990 e início de 2000 elas se multiplicam, ganham visibilidade e força social no Brasil.

Ao nosso debate interessa aqui uma maior aproximação à Rede de Educação do Campo e de Educação do Semiárido. Ambas embebidas e orientadas pelos princípios teórico-conceituais da Educação Popular.

CATEGORIAS TEÓRICO-CONCEITUAIS E PRÁTICAS EDUCATIVAS EM DIÁLOGO

Entendemos que a relação entre Educação Popular e os Movimentos Sociais nesse período (décadas de 1960 a 1980) instituiu uma organicidade na qual uma retroalimentava a outra. Estudos realizados por Doimo (1995) analisando os movimentos sociais e a participação política no Brasil pós 1970 apresenta elementos que nos possibilita fazer tal afirmação.

Antes invariavelmente associada a experiência de alfabetização de adultos, a educação popular passa, a partir de meados dos anos 70, a ser preferencialmente utilizada em seu sentido estritamente organizativo-conscientizador e a agregar novos valores ético-políticos com a 'democracia de base' e a 'autonomia', dentro da metáfora do “povo como sujeito da própria história”(DOIMO, 1985, p; 130)

Nessa direção apontada por Doimo, Paulo Freire (1987), propõe uma pedagogia do oprimido comprometida com os caminhos da luta de classe e como prática de libertação. Para ele, essa luta só tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem reconquistar sua humanidade, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. Compreendemos, dessa

análise, que a tarefa humanista e histórica dos oprimidos é libertar-se a si e aos opressores.

Nessa perspectiva, Brandão (2006) assinala como pontos atuais da Educação Popular:

1) a criação de uma nova hegemonia, o que significa um saber popular, no sentido de saber das classes populares, que se constitua como base de um trabalho de acumulação de poder popular; 2) a cultura popular como ponto de partida, com um trabalho de revisão de seus componentes tradicionalmente “dominados” e em direção à produção de uma cultura orgânica de classe; 3) a progressiva participação do trabalho do educador no trânsito dos sujeitos populares de agentes econômicos a agentes políticos; 4) a descoberta e o aprimoramento de tipos de relações de práticas pedagógicas entre educadores e educandos, entre profissionais comprometidos com a “causa popular” e agentes educandos individuais (sujeitos populares) ou coletivos (movimentos populares) (BRANDÃO, 2006; p. 71).

Aliados a Brandão (2002), compreendemos que as mudanças ocorridas na educação popular entre os séculos XX e XXI carregam, entre velhos e novos termos e propósitos, as vocações e experiências de todos os momentos anteriores. Nessa direção, Brandão (2002), compreende criticamente que a educação popular contemporânea não está mais pautada em uma proposta predefinida de direção política a que deveria servir uma educação popular. Concebe-se que o educador popular é e está no próprio movimento social, assim como o papel do educador intelectual de carreira é o de acompanhar e assessorar suas iniciativas, seus trabalhos e suas frentes de lutas populares. Nessa perspectiva, a educação popular amplia sua área de atuação em diferentes cenários de vocação equivalente “popular” assumindo múltiplas frentes, tais como:

Movimentos sociais de gêneros, de etnia, de cultura, de luta pelos direitos humanos, de ação comunitária, de vocação ambientalista, em muitos casos se reconhecem como incorporando, de algum modo, o espírito originário e o ideário das práticas atuais da *educação popular*.

[...] Entre alguns sindicatos, a central única dos Trabalhadores e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, por exemplo, há um intenso trabalho de educação. Ele vai de uma formação de quadros urbanos e rurais, empapada de conhecimentos e, sobretudo, de valores associados a formas próprias de compreender o que chamamos de cidadania, com o propósito de se criarem espaços e tempos propícios à gestão de pessoas cidadãos com um perfil de classe, até a preocupação com a educação escolar dos filhos dos operários e dos trabalhadores rurais. (BRANDÃO, 2002, p. 151-156).

Nesse sentido, a pedagogia libertadora como condição para os processos educativos de autonomia e emancipação sociocultural das classes subalternas continua sendo, no presente momento, um convite revolucionário ao novo, a um novo *quefazer* político-pedagógico, implicando repensar continuamente o papel da educação e nela a Educação Popular, tendo em vista a participação sociocultural dos sujeitos como construtores de uma

realidade mais justa e mais humana.

Nesse sentido ressaltamos a Educação do Campo e a Educação do Semiárido como praticas educativas originárias desse processo histórico da Educação Popular, fecundadas pela luta em defesa do direito à Educação, o qual foi negado historicamente aos povos do campo e do semiárido.

A mobilização em prol de uma Educação Básica do Campo, iniciada em 1998 a partir da realização da I Conferência Nacional, “Por uma Educação Básica do Campo”, desencadeou diversas iniciativas locais e nacionais no sentido de fortalecer a reflexão e o debate sobre a garantia da Educação Básica do Campo como política pública. Essa conferência foi, segundo Caldart (2004, p.1), “o momento do batismo coletivo de um novo jeito de lutar e de pensar a educação para o povo brasileiro que trabalha e que vive no e do campo”. Entendemos que essa I Conferência é um marco referencial para o debate da Educação do Campo em oposição teórico-política à educação rural ou educação para o meio rural, como até então era tratada a educação das populações do campo.

No que diz respeito à base legal, o marco inicial de sustentação jurídica dessa luta é a resolução nº 01/2002 que institui as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo. Nelas o Estado afirma um novo paradigma para a educação dos povos do campo. Os princípios e eixos norteadores apresentados nas diretrizes demarcam a perspectiva teórica e política desse modelo de Educação.

Em 2004 foi realizada a II Conferência Nacional de Educação do Campo que teve como eixo de discussão: “como efetivar no Brasil um tratamento público específico para a Educação do Campo?”. Os movimentos e organizações populares presentes salientam a necessidade de se articular um projeto de Educação, vinculado a um projeto de Desenvolvimento que contemple a diversidade e heterogeneidade existente no campo brasileiro. Em 2008, foi aprovada a Resolução nº 02 (CNE/CEB, 2008), que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

Em relação à caracterização dos povos do campo, encontramos no art. 1º a seguinte definição:

A Educação do Campo [...] destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida - agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros. (BRASIL, 2012, p. 53).

A Educação do Campo, conforme citado acima, se constitui num “movimento em rede”. Tecida a partir da mobilização e prática de vários movimentos e organizações que historicamente atuam no campo, tem se afirmado enquanto Movimento Político-Pedagógico e Epistemológico a partir da mobilização, proposição e luta dos movimentos sociais do campo por uma política educacional que garanta o direito dos povos do campo a escolas

públicas de Educação Básica no Campo. Seu vínculo de origem com os pobres do campo e com um projeto popular para este território, incorpora o “do” -Educação **do** Campo- como elemento constitutivo da sua concepção, como um princípio pedagógico e um fundamento da sua pedagogia. É uma Educação *do* trabalhador, *do* camponês, *do* jovem, dos sujeitos individuais e coletivos, da prática educativa de mulheres, negros, indígenas, crianças, dentre outros. Nesse sentido a Educação é concebida como processo educativo vinculado a práticas sociais emancipatórias.

A educação é uma prática social que tem o objetivo de contribuir, direta e intencionalmente, no processo de construção histórica das pessoas, e nesse sentido, os movimentos sociais, como práticas sócio-políticas e culturais constitutivas de sujeitos coletivos, tem uma dimensão educativa, à medida que constroem um repertório de ações coletivas, que demarcam interesses, identidades sociais e coletivas que visam a realização de seus projetos por uma vida melhor e da humanização do ser humano. (SILVA, 2010, p. 62).

A Educação do Campo não se confunde com a escola, mas atua nesse espaço por reconhecê-lo fundamental -do ponto de vista da contra hegemonia- e pela efetivação da democratização do acesso ao saber -a um determinado saber. É importante destacar que uma escola para ser identificada como escola do campo precisa ter um projeto político-pedagógico construído com e a partir dos sujeitos dessa escola, contextualizado na realidade que a circunda e articulado com as lutas dos povos do campo. Portanto, buscamos muito mais do que uma referencialidade geográfica, mas um pertencimento político.

Nessa perspectiva a Educação do Campo assume como princípios a tradição da Educação Popular, da pedagogia do oprimido e constrói-se a partir de uma base socialista e de referencial teórico-marxista. Caldart (2004) destaca, na Educação do Campo, a relação entre educação e produção, o vínculo entre educação e cultura, entre conhecimento e emancipação intelectual, social e política - conscientização.

Contemporâneo ao Movimento de Educação do Campo, surge o Movimento de Educação para Convivência com o Semiárido Brasileiro. Conforme explícito na sua denominação, trata-se de uma Educação que elege como foco e campo de estudo o próprio contexto regional e, a partir do conhecimento das suas possibilidades, potencialidades, diversidade e até adversidades, articula todas as áreas do conhecimento, fortalecendo a lógica da Convivência em contraposição à lógica do “Combate” -o combate à seca- tão conhecida e contraproducente para esta região. Trata-se de uma educação transformadora, na concepção e prática freireana que busca superar as assimétricas relações sociais, econômicas, culturais, coloniais, oligárquicas e capitalistas instituídas historicamente nesta região. O que de acordo com o pensamento freireano seria a busca pela construção do “inérito viável”.

A Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido Brasileiro ocupa a escola como um espaço estratégico e necessário para que “o discurso e prática de

Convivência” se torne hegemônico e oriente as políticas públicas desenvolvidas na região. O esforço das classes populares do Semiárido (campo e cidade) através de suas múltiplas formas de organizações sociais é contribuir para que a Educação escolar vá se conformando a esse emergente paradigma pedagógico que é a ECCSB.

A Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido enquanto processo pedagógico formativo desenvolvido pela escola traz para o conjunto da educação a contribuição do diálogo entre o conhecimento científico e o conhecimento popular. Esse diálogo e articulação de saberes e espaços educativos (escolar e não escolar) é fundamental na construção de conhecimentos emancipatórios para as classes populares do Semiárido Brasileiro. Podemos, então, ressaltar que a concepção de Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido (ECCSB) articula duas noções básicas: o conceito de Convivência e a contextualização do ensino.

A contextualização discutida por Martins (2004) e difundida pela RESAB, apoia-se na constatação de que a educação escolar dirigida, historicamente, aos povos do Semiárido Brasileiro caracteriza-se como um processo estranho, alheio e indiferente, no seu *conteúdo, forma e intencionalidade*, aos sujeitos das classes populares do Semiárido e à própria realidade na qual esse processo pedagógico está situado. Nesse sentido a educação foi um processo marcado pela concepção tradicional, centrado na transmissão de informações sem qualquer relação com a vida dos sujeitos, um processo de “negação” da cultura, dos saberes e conhecimentos produzidos nessa realidade.

O movimento de contextualização na sua gênese nega essa perspectiva universalista e genérica do conhecimento que camufla uma visão hegemônica de Semiárido como contexto de impossibilidades e invisibilidades em consequência do seu clima e em detrimento da compreensão desse contexto como construção histórico-social, produtor e difusor de saberes e conhecimentos necessários à vida dos sujeitos e sustentabilidade do ambiente.

A Educação do Campo e a Educação do Semiárido como ponto de intersecção territorial o *campo semiárido*. A articulação e as relações teórico-conceituais entre a Educação do e no Campo e a Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido Brasileiro tornam-se particularmente relevantes, uma vez que ambas se constituem em movimentos nacionais articulados a um projeto societário oposto ao capitalismo e trazem como matriz teórico-pedagógica a Educação Popular.

Identificar e compreender algumas das categorias teórico conceituais comuns a esses dois paradigmas é fundamental no enfrentamento dos desafios atuais postos a esses dois campos de atuação dos movimentos sociais populares que trabalham pelo direito dos povos do campo e do semiárido a terem uma educação público-estatal de qualidade e gratuita.

A Educação do Campo e a Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido Brasileiro conformam-se a uma “educação de classe” assumem a(s) bandeira(s)

de luta das classes populares do campo e da cidade, sobretudo a do direito ao acesso dos trabalhadores(as) ao conhecimento historicamente produzido na sociedade e ao mesmo tempo problematiza e faz a crítica ao conhecimento dominante e à hierarquização epistemológica própria desta sociedade que deslegitima os sujeitos da Educação do Campo e da Educação para a Convivência com o Semiárido (ECSA) como produtores de conhecimento e construtores de seu próprio processo educativo. Por isso, a discussão sobre a Educação do Campo e a ECSA nos impele a transcender o campo estrito da pedagogia e nos coloca, como afirma Caldart (2004), no campo das disputas políticas, das relações sociais, da luta de classes, da descolonização do conhecimento. (SANTOS, 2006).

Destacamos o compromisso desses dois projetos de educação com o fortalecimento da **autonomia** dos sujeitos, a **emancipação e transformação social**. A emancipação consiste numa práxis cotidiana e histórica permeada de desafios e possibilidades, mas que somente a partir dos dominados pode efetivar-se, uma vez que a emancipação é indissociável da transformação social e as classes dominantes jamais poderão protagonizá-la. Emancipação e libertação em Freire se complementam. “A libertação, por isto, é um parto [...] O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos” (FREIRE, 1991, p. 35).

Associado a essas categorias recorreremos ainda ao conceito de **hegemonia**, trabalhado por Gramsci (1982). Se consideramos que, para Gramsci, o conceito de hegemonia está organicamente vinculado ao conceito de Educação e que esta é concebida como fundamental para apreensão dos processos contraditórios presentes nas relações de classes, não podemos desconsiderá-lo num estudo sobre Educação do Campo e Educação para Convivência com o Semiárido como construção histórico-social, resultante de relações político-pedagógicas contraditórias, construídas pelas classes subalternas em contraposição ao poder-dominância, exercido pelas classes dirigentes, no âmbito educacional e expresso pelas políticas e normatizações educacionais.

Destacamos ainda a tensão e **contradição** inerente aos dois paradigmas pedagógicos: a Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido e Educação do Campo são projetos insurgentes, transgressores e exatamente por isso não cabem nem se acomodam aos princípios e lógica burocrática das estruturas de uma política educacional liberal. Por seu caráter subversivo, sua implementação e execução como política pública cria uma tensão entre o instituinte e o instituído. O desafio é conseguir alargar o parâmetro legal quando este é um instrumento de hegemonia de um Estado liberal, frente ao qual a proposta de Educação do Campo e do o Semiárido se contrapõe.

Por isso a Educação nesses paradigmas se constitui como um movimento social, articulado a outro(s) movimento(s), que buscam o fortalecimento organizacional da sociedade civil, ampliando e constituindo espaços políticos e relações sociais, pautadas na coletividade e na dialogicidade. Aprender e aprender o mundo numa postura crítico-

transformadora, em interação com os outros que também o habitam e o produzem, é o horizonte da Educação popular no campo e na cidade.

CONSIDERAÇÕES (IN) CONCLUSIVAS

O presente estudo teve como objetivo evidenciar algumas conexões teórico-conceituais entre os três campos político-pedagógicos: educação popular, Educação para a Convivência com o Semiárido e a Educação do Campo, tendo como objetivo apontar algumas chaves-de leitura que possibilitem maior apreensão dos desafios e perspectivas postos ao campo popular no contexto contemporâneo. Nesse sentido apontamos os seguintes elementos:

- A Educação para Convivência com o Semiárido e a Educação do Campo são paradigmas em construção, emergentes no final da década de 1990 e início dos anos 2000, o que lhes imprime um caráter -do ponto de vista do *tempo histórico*- ainda embrionário;

- A Educação Popular é um princípio político-pedagógico central na configuração da Concepção e das Práticas pedagógicas da Educação do Campo e Educação para Convivência com o Semiárido;

- O princípio da Contextualização como refencialidade na esfera social, política, econômica e cultural dos sujeitos envolvidos na prática educativa é um elemento consensual das três perspectivas;

- A Educação emancipatória é um horizonte comum à Educação do Campo e ECSA e a Educação Popular;

Para além dos elementos acima mencionados, ressaltamos ainda alguns desafios e perspectivas: a importância de se retomar, fortalecer e ampliar numa grande rede nacional de movimento social, os movimentos e organizações populares, no campo e na cidade que têm o compromisso com a garantia de direitos sociais, civis e políticos; a urgência de se aprofundar, junto aos núcleos e grupos de base, as categorias teóricas aqui destacadas (autonomia, emancipação e hegemonia) como chave de leitura da realidade sócio-política do país; e por fim a relevância de que Movimentos e organizações sociais populares se constituam como lugares privilegiados de práxis pedagógica da Educação do Campo, Educação do Semiárido e Educação Popular.

Destacamos por fim que as três perspectivas compreendem a Educação como um direito humano fundamental, como previsto na declaração universal dos direitos humanos. Trata-se, portanto, de movimentos articulados em rede para a garantia de direitos que apontam para um outro mundo possível, com justiça social e respeito aos diversos saberes, tendo como horizonte a emancipação e humanização da sociedade.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Movimentos Sociais e Educação Popular do Campo (re) construindo território e a Identidade Camponesa. In: JEZINE, Edineide; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. **Educação do Campo e Movimentos Sociais**. Campinas-SP: Editora Alínea, 2007. p. 169-188.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Educação Popular na Escola Cidadã**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002

_____. **O que é Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Diversidade e Inclusão - SECADI. **Educação do Campo**: marcos normativos. Brasília: SECADI, 2012.

CALDART, Roseli Saete. Elementos para Construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, Monica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (Org.). **Por Uma Educação do Campo**. Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo. Brasília-DF: Coordenação da Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004. v. 5.

DOIMO, Ana Maria. A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70. Rio de Janeiro: Relume-domará/ANPOCS 1985

FREIRE, Paulo. **Pedagogia como Prática da Liberdade**. 9ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 25.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

_____. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 26. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo. Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação**: Um estudo introdutório. São Paulo: Cortez, 2006.

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo: Cortez, 2005.

JESUS, Antônio Tavares. **Educação e Hegemonia no pensamento de Antônio Gramsci**. São Paulo: Cortez, 1989.

JEZINE, Edineide. Movimentos Sociais na Universidade troca de saberes mediados pela educação popular. In: ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; JEZINE, Edineide (Org.). **Educação e Movimentos sociais: novos olhares**. Campinas, SP: Alinea, 2007.

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Ir.; MOLINA, Mônica Castanha (Org.). **Por uma educação básica do campo**. Texto base da I Conferência Nacional de Educação do Campo. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

MARTINS, Josemar da Silva Anotações em torno do conceito de Educação para a Convivência com o Semiárido. In: SECRETARIA EXECUTIVA RESAB (Org.). **Educação para a Convivência com o Semiárido, reflexões teórico-práticas**. Juazeiro: Secretaria Executiva da Rede de Educação do Semiárido Brasileiro, 2004a. p. 29-55.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente**, um discurso sobre as ciências revisitado. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Concepções de Desenvolvimento: Convivência e Sustentabilidade no Semiárido Brasileiro. In: SILVA, Conceição de Maria de Sousa et al. (Org.). **Semiárido Piauiense: Educação e Contexto**. INSA. Campina Grande: Triunfal Gráfica e Editora, 2010.

SOUSA, João Francisco de. Educação Popular enquanto uma pedagogia. Movimentos Sociais Populares, Lócus Educativo. In: ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; JEZINE, Edineide (Org.). **Educação e Movimentos sociais: novos olhares**. Campinas, SP: Alinea, 2007.

WARREN, Scherer, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

WARREN Scherer, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996

SOBRE OS ORGANIZADORES

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Organizador de obras coletivas pela Atena Editora. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orcid: orcid.org/0000-0002-5472-8879. E-mail: <awsvasconcelos@gmail.com>.

Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos - Mestra em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Licenciada em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2018). Bacharela em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2016). Advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direitos humanos, direitos sociais, direitos das minorias), Literatura (literatura e sociedade, literatura e cultura, literatura e história, estudos pós-coloniais, guerra de independência, literatura portuguesa, literaturas africanas de língua portuguesa), Linguística (ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Vinculada a grupo de pesquisa devidamente cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orcid: orcid.org/0000-0003-1179-999X. E-mail: <thamiresvasconcelos.adv@gmail.com>.

ÍNDICE REMISSIVO

C

Chile 5, 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 12

Clássico 2, 5, 248

Constitucional 6, 12, 33, 39, 44, 47, 51, 52, 53, 57, 81, 93, 95, 108, 125, 126, 127, 130, 132, 133, 136, 137, 168, 176, 179, 188, 189, 193, 246, 251, 254, 256, 260, 261, 298, 303, 320

Contemporâneo 2, 5, 124, 159, 207, 308, 314, 317

Contempt of Court 5, 6, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31

D

Delação Premiada 5, 7, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 137

Dignidade da Pessoa Humana 5, 8, 15, 81, 82, 92, 93, 104, 153, 189, 190, 192, 193, 215, 218, 242, 243, 244, 245, 247, 254, 255, 257, 259

Direito 2, 5, 6, 8, 13, 14, 15, 16, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 35, 40, 41, 43, 48, 52, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 68, 77, 78, 86, 91, 92, 93, 95, 101, 102, 103, 104, 111, 112, 113, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 145, 149, 150, 152, 153, 158, 161, 162, 163, 164, 168, 170, 171, 172, 175, 176, 178, 180, 181, 182, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 199, 201, 202, 203, 204, 208, 211, 214, 215, 230, 231, 241, 246, 247, 250, 251, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 267, 278, 279, 281, 282, 290, 291, 294, 295, 296, 297, 298, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 308, 310, 313, 315, 316, 317, 320

E

Educação 5, 9, 56, 68, 80, 81, 85, 89, 153, 165, 167, 168, 169, 171, 175, 194, 203, 206, 210, 215, 220, 274, 281, 306, 307, 308, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320

Espiritualidade 8, 262, 263, 264, 265, 267, 268, 269, 270, 273, 274

Eutanásia 5, 8, 242, 243, 244, 245, 246

G

Grupos vulneráveis 5, 199

I

Idoso 5, 6, 79, 80, 81, 82, 91, 256

Imposto 5, 6, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 256, 309

Inexigibilidade 6, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43

Inspecção Industrial e Sanitária 5, 105, 107, 120

L

Lavagem de capitais 5, 7, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149

Licitação 5, 32, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43

M

Marginalização 5, 7, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 199

Medicina Legal 5, 9, 275, 276, 278, 279, 280, 281, 283, 284, 287, 288, 289

Meio Ambiente 5, 20, 21, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 102, 103, 104, 111, 124, 320

Mulher 5, 8, 206, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 222, 223, 224, 228, 229, 231, 238, 276, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288

N

Núcleo familiar 8, 188, 194, 195, 199, 200, 201

O

Objecção Religiosa 8, 247, 248

Ocupação 5, 6, 61, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 75, 76, 109

P

Planejamento Urbano 6, 61, 66, 78

Positivismo 9, 290, 291, 292, 298, 302, 303, 304

Presunção de Inocência 7, 125, 127, 130, 131, 133, 134, 135

S

Separação dos poderes 5, 9, 290, 291, 292, 298, 300, 301, 302, 303, 305

Sistema prisional brasileiro 5, 7, 177, 180, 181, 183, 184, 185, 187

Superendividamento 5, 6, 79, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91

T

Transusão de sangue 8, 247, 248, 249, 250, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261

Tribunal Penal Internacional 6, 13, 17, 18, 19, 20, 23

U

Uso progressivo da força 5, 150, 152, 154, 157, 162

V

Violência 5, 8, 151, 164, 167, 168, 169, 170, 175, 176, 178, 180, 182, 184, 185, 186, 187, 191, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 275, 276, 285

O **Direito** na Transição do **Clássico** para o **Contemporâneo**

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



Atena
Editora
Ano 2021

O **Direito** na Transição do **Clássico** para o **Contemporâneo**

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



 **Atena**
Editora
Ano 2021